

**PLANO MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO
DA MATA ATLÂNTICA DE SANTOS (PMMA Santos)**

PLANO OPERATIVO ANUAL - POA 2026

Abril de 2025

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Santos (PMMA Santos), aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) em 2021¹, estabeleceu nove objetivos específicos, distribuídos em quatro eixos estratégicos, visando alcançar os objetivos gerais de conservação e recuperação da Mata Atlântica no Município.

O PMMA definiu, em seu eixo “Governança, Integração, Comunicação e Financiamento”, o objetivo de *“Fortalecer a estrutura de governança para implementação coordenada, monitoramento e avaliação da implementação do PMMA com participação de representantes da sociedade civil”* e a estratégia de *“Desenvolver e implantar mecanismo anual de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do PMMA (POA – Plano Operativo Anual do PMMA)”*, com destaque para a ação visando *“Promover a internalização dos objetivos do PMMA no Plano de Governo, Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual municipal (LOA), por meio da criação e desenvolvimento do Plano Operativo Anual (POA) do PMMA”*.

O Grupo Técnico de Trabalho do PMMA (GTT do PMMA)², constituído inicialmente para a elaboração do PMMA e, na sequência, responsável pelo acompanhamento de sua implementação, deve desenvolver os *“... Planos Operativos Anuais do PMMA – POAs/PMMA até o final do primeiro quadrimestre com o propósito de detalhar metas e ações a serem realizadas no período de 12 (doze) meses do ano subsequente à sua apresentação ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA”*.

O PMMA definiu, ainda, a estrutura dos POAs, constituídos de metas e demais parâmetros para cada uma de suas ações.

¹ Resolução Normativa nº 03/2021, de 01 de setembro de 2021.

² Criado pelo Decreto nº 8.883, de 10 de março de 2020.

AÇÃO	
META(S)	Identificar com clareza a(s) meta(s) necessária(s) para a execução da ação
INDICADOR(ES)	Dado(s)/informação(ões) para medir a execução da ação
FONTE DE INFORMAÇÃO	Órgão/instituição responsável por dado(s)/informação(ões)
RESPONSABILIDADE	Órgãos municipais envolvidos na execução da ação
PARCEIROS	Órgãos públicos de outras esferas de governo, COMDEMA, Universidades e outras instituições de pesquisa e tecnologia, ONGs, empresas, dentre outros
PREVISÃO DE FONTES E RECURSOS	Valores/recursos necessários Inserção na LOA e PPA, dotação orçamentária, convênios e parcerias, compensação ambiental
PRAZO(S)	Se necessário, definir prazos intermediários
PLANOS e PROGRAMAS INCIDENTES	Indicar planos, programas municipais, estaduais, nacionais e internacionais
ÁREAS PRIORITÁRIAS	Indicar área(s) onde a ação será(ão) executada(s)
VÍNCULO COM ODS³	Indicar quais ODS estão relacionados à ação

Estrutura básica dos Planos Operativos Anuais (POAs). Fonte: PMMA Santos (2021).

2. QUADRO DE AÇÕES

O primeiro POA (2021-2022) detalhou as ações de prioridade muito alta (total de 39) do Plano de Ação do PMMA Santos além de definir algumas outras ações de caráter estruturante, essenciais para a implementação das demais.

Para o licenciamento, monitoramento e controle ambiental optou-se por desenvolver ações estruturantes relacionadas ao Governo do Estado de São Paulo; ao Grupo de Contenção de Ocupações Irregulares – PMS e a recomendações aos órgãos licenciadores municipais – Seção de Licenciamento Ambiental – SELAM/SEMAM e Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança – COMAIV.

³ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o POA 2023 optou-se por dar continuidade às ações do POA 2021-2022, considerando a fase inicial de implementação do PMMA Santos, assim como a necessidade de dar andamento à implementação de ações já iniciadas bem como àquelas de caráter contínuo. Foi destacada a necessidade de inserção de ação estruturante visando ampliar a estrutura da SEFISCAM/SEMAM (pessoal e equipamentos), principal responsável pelas ações de fiscalização indicadas no PMMA. Dentre as atividades necessárias está o monitoramento à distância de atividades irregulares e a criação de cadastro único para acompanhamento de ações/ocorrências. A necessidade de ampliar contato com órgãos licenciadores (internos e externos à PMS), por meio de ofícios e reuniões, a fim de garantir a execução das ações relacionadas a esse rol de ações estruturantes também foi identificada. Outra ação estruturante, necessária para o bom andamento das demais, é a definição de servidor(es) do grupo técnico da PMS que será(ão) responsável(is) por inserir/atualizar os dados relacionados a esta e outras ações do PMMA e de seus POAs em banco de dados específico.

As ações e metas do POA 2021-2022 com prazo de implementação previsto para 2022 e ainda não implementadas até o momento de apresentação do POA 2023 também foram mantidas para esse segundo POA, de 2023. Já as metas do POA 2021-2022 atingidas até o momento da elaboração do POA 2023 passaram a fazer parte do “Estado da Arte” das ações.

Para o POA 2024 optou-se por dar continuidade às ações do POAs anteriores, destacando em seu Quadro de Ações aquelas que deveriam receber atenção especial das unidades responsáveis por sua implementação.

O POA 2025 manteve essa mesma proposta.

Para o POA 2026 as unidades do GTT do PMMA que colaboraram na sua elaboração optaram por priorizar/atualizar ações/metasp integrantes do seu planejamento para o biênio 2025-2026, incluindo aquelas ações de implementação contínua.

3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O PMMA define que para a avaliação dos POAs o GTT-PMMA deverá apresentar Relatórios Anuais ao COMDEMA em que deverão constar os resultados para cada uma das ações propostas, visando analisar o seu alcance em relação aos objetivos específicos e estratégias para conservar os remanescentes e recuperar áreas de Mata Atlântica no município de Santos. Os Relatórios devem abordar eventuais dificuldades observadas para a sua execução além da proposição de soluções a serem incorporadas nos próximos POAs.

Para esta avaliação também são utilizados dados públicos disponíveis na plataforma MapBiomas e no “Aqui tem Mata”, da SOS Mata Atlântica⁴.

Finalmente, o PMMA determina que, para acompanhamento da implementação das ações pela população em geral, os POAs e Relatórios anuais, contendo a análise sobre a sua implementação, deverão ser disponibilizados no *site* da Prefeitura Municipal de Santos – PMS, após apreciação do COMDEMA.

NOTAS: **1.** Para os efeitos do POA do PMMA o conceito de indicador, inicialmente definido como *informação de caráter quantitativo em uma unidade de tempo que resulte do cruzamento de, pelo menos, duas variáveis primárias*⁵, foi ampliado e passou a contemplar também outras informações, de caráter qualitativo, que demonstrem a execução da(s) meta(s) proposta(s). **2.** O PMMA contém lista com siglas utilizadas, inclusive, nos demais documentos correlatos, a exemplo dos POAs. **3.** O PMMA, os POAs e os Relatórios Anuais do PMMA estão disponíveis para consulta no *hotsite* do PMMA: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/plano-municipal-de-conservacao-e-recuperacao-da-mata-atlantica-pmma>.

Grupo Técnico de Trabalho do PMMA

⁴ Acesse o MapBiomas em: <https://mapbiomas.org/> e o Aqui tem Mata em: <https://www.aquitemmata.org.br>

⁵MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. **Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos – Realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. 2007. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

QUADRO DE AÇÕES

	AÇÃO	LOCALIZAÇÃO ÁREAS PRIORITÁRIAS	META	INDICADOR	RESPONSABILIDADE	PLANOS e PROGRAMAS RELACIONADOS	PARCEIROS	PREVISÃO E FONTE DE RECURSOS	PRAZO	JUSTIFICATIVA/ESTADO DA ARTE
I.1.5	Elaborar projeto de lei sobre PSA (Pagamento de Serviços Ambientais) e incentivo a RPPNs ODS – 1, 2, 8, 10, 14, 15 e 17	Geral	(1) Elaboração de minuta de Lei Complementar sobre PSA; (2) Aprovação da Lei Complementar de PSA	(1)Minuta da Lei Complementar (LC) de PSA e Projeto de LC enviado à Câmara Municipal de Vereadores; (2) Aprovação/Publicação da LC	SEMAM; PROJUR/PGM; GPM; Câmara Municipal	PMMA, Plano Diretor, Plano Municipal de Ação Climática – PACS	-	Não se aplica	2026 (continuação)	O pagamento por serviços ambientais (PSA) será um dos instrumentos de implementação da compensação ambiental no Município. A SEMAM trabalha na elaboração de minuta de LC de PSA
I.1.6	Apoiar a conclusão da minuta e a aprovação da Lei de Licenciamento Ambiental, incluindo regulamentação de compensações ambientais municipais ODS – 2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 15 e 17	Geral - Jurubatuba; Quilombo; Macrozonas Noroeste e Morros	(1) Aprovação da Lei Complementar de manejo de vegetação e intervenção em APPs; (2) Aprovação da revisão da Lei Complementar de Licenciamento Ambiental	(1) Publicação da Lei Complementar de manejo de vegetação e intervenção em APPs; (2) Publicação da revisão da Lei Complementar de Licenciamento Ambiental	SELAM-SEMAM, SEFISCAM-SEMAM; GAB-SEMAM; PROJUR-PGM; GPM; Câmara Municipal	PMMA; PMMCS/PACS; Plano de Saneamento; PMRR; Plano de Arborização; Plano da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista; PPRA (SPA)	SEFIN; SEPORTE; SEOBE; CETESB; IBAMA	Não se aplica	2025 - 2026	A Selam-SEMAM e a Sefiscam-SEMAM concluíram em janeiro/2025 a primeira versão da minuta de Lei Complementar que irá dispor sobre o manejo de árvores isoladas, o manejo de fragmentos de vegetação e a intervenção em Áreas de Proteção Permanente (APPs), e que constitui parte da regulamentação da compensação ambiental. Esta minuta segue tramitando através do PA nº 14610/2025-68. Já a revisão da Lei de Licenciamento visa corrigir falhas e suprir lacunas observadas na aplicação da mesma. Esta minuta tramita sob o PA nº 37620/2024-08
II.1.1	Desenvolver e aprovar Plano de Manejo das UCs existentes e/ou a serem criadas ODS – 3,6, 11, 13, 14, 15, 16 e 17	Geral - APA Santos Continente (Macroárea Continental) e PNMESJE (Macroárea Insular/Sub-região Morros)	Designar Grupo de Trabalho Técnico – GTT para implementar o Conselho Consultivo da APA Santos Continente e iniciar os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo da UC	Decreto de criação do GTT para implementação do Conselho Consultivo da APA Santos Continente	SEMAM; COMDEMA, Conselhos Gestores	PD, PMMA, PMMCS/PACS, PMRR, Plano de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (Autoridade do Porto de Santos – APS)	PESM, MNRESJE, COMDEMA, DEPAVI, UNESP UNISANTOS, UNISANTA, SÃO JUDAS, UNIFESP, UNESP, USP e INSTITUTOS (PESCA, BOTÂNICO, FLORESTAL)/IPA	ICMS Ecológico/Ambiental; FID; FMPRMA	2026	O Plano de Manejo do PNMESJE foi aprovado pela Portaria 002/2024 – SEMAM, publicada no Diário Oficial do dia 28 de fevereiro de 2024. O Conselho Consultivo do Parque – COCESJE está ativo, sendo que sua mais recente Assembleia foi realizada em abril de 2025.
II.1.2	Criar estrutura institucional para garantir a administração e gestão das UCs no município ouvindo seus conselhos gestores ODS – 11, 13, 14, 15,16 e 17	Geral - Não se aplica (ação estruturante para APA Santos Continente, PNMSJEE, Ilha de Urubuecaba, Jurubatuba, mosaico de Manguezais)	(1) Desenvolver estudos para definir o melhor arranjo institucional, no âmbito da SEMAM, para gestão das UCs municipais (continuação) (2) Criar unidade administrativa (Coordenadoria, Seção ou Unidade) para a gestão das UCs	(1) Estudos e propostas sobre o arranjo institucional para as UCs municipais (2) Decreto de criação de unidade responsável pelas UCs municipais (ou atribuindo essa responsabilidade a unidade pré-existente)	SEMAM, GPM	PMMA, Planos de Manejo das UCs e da APA Marinha Santos Litoral Centro, PMRR	SEGES, Conselhos Consultivos das UCs, SEGOV	(1) Não se aplica	2026	Atualmente, em tese, o Departamento de Parques e Defesa da Vida Animal é responsável pela administração e gestão do PNMESJE. A SEMAM iniciou a discussão acerca das estratégias visando aprimorar a governança/gestão das UCs municipais.
II.1.3	Criar e implantar os conselhos consultivos para acompanhamento da fiscalização, monitoramento e implementação de parques/UCs municipais, com integrantes da sociedade civil/COMDEMA e incentivo à representação com paridade de gênero ODS – 5, 11, 13, 14, 15, 16,17	Geral - APA Santos Continente, PNMSJEE	Definir e nomear o Conselho Consultivo da APA Santos Continente. (1) Criar o Conselho Consultivo da APASC (2) Nomear os conselheiros do Conselho da APASC (3) Promover reuniões do Conselho Consultivo do PNMESJE	(1) Minuta e publicação no Diário Oficial do Decreto de criação do Conselho da APA (1.a) Decreto de criação do GTT para elaborar o Plano de Manejo da APA Santos Continente (2) Minuta e publicação da Portaria de nomeação do quadro de conselheiros (3) Convocação e Atas das Reuniões do Conselho Consultivo do PNMESJE	SEMAM; GPM; COMDEMA, Conselhos Gestores	PMMA, Plano de Manejo do PESH, PMRR, PMRF, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Manejo do PESH, Plano da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista	ONGs, Instituições de Ensino e Pesquisa	Não se aplica	(1 e 2) 2026	O PNMESJE já possui seu Conselho Consultivo (Decreto nº 8.128, de 7 de junho de 2018) sendo que sua mais recente Assembleia foi realizada em abril de 2025
III.2 (III.1.7, III.1.10, III.1.11, III.1.12, III.1.13)	Fortalecer o sistema e as ações de monitoramento e fiscalização ambiental, para orientar, prevenir, controlar e responsabilizar as ocupações e usos irregulares em áreas prioritárias de conservação e recuperação da Mata Atlântica ODS – 3, 6, 11, 13, 14, 15, 16, 17	Macroárea Continental: Iriri, Quilombo, Mantiqueira, Caruara e Monte Cabão. Macroárea insular: todos os remanescentes nas Macrozonas Morros e Noroeste (em especial Vila dos Criadores e Bom Retiro)	(1) Checar e atualizar as áreas críticas e prioritárias já indicadas originalmente no Plano de Trabalho de Controle do Programa Litoral Sustentável; (2) Atualizar através do GTT as medidas de educação ambiental e de divulgação da iniciativa	(1) Relatório com a identificação das áreas críticas e prioritárias para as ações (2) Relatórios de divulgação das ações de controle realizadas	GPM, SESEG/DEPRODEC, SEMAM, SEGOV, SEINFRA, SEPREF, SEOBE	PMMA, PMRR, PMRF, PMMCS, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Manejo do PESH, Plano da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista	Polícia Militar e Civil, SEMIL/SP, Ministério Público, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-B5), DAEE		2026 (continuação)	O Decreto nº 9.865, de 21 de novembro de 2022, atualizou o decreto original do GTT de Controle de Ocupações Irregulares e Habitações Subnormais. A Portaria nº 002/2023 GPM, de 04 de janeiro de 2023, nomeou os membros do GTT de Controle de Ocupações Irregulares e Habitações Subnormais. Foi celebrado Convênio entre a PMS e o Estado de São Paulo (SSP), em 01/12/23, no âmbito do Programa de Atividade Delegada. Em 2025 o Decreto nº 10.671, de 10 de janeiro de 2025, constituiu GTT de Controle de Ocupações Irregulares e Habitações Subnormais e criou a equipe operacional de desfazimentos de edificações irregulares não habitadas

III.2 (III.2.1, III.2.2, III.2.3, III.2.5, VIII.3.1, IX.1.7, IX.1.11)	Reforçar e fiscalizar o cumprimento de medidas mitigadoras e compensatórias definidas no processo de licenciamento Ambiental e de Impacto de Vizinhança de empreendimentos e atividades com impacto na conservação da Mata Atlântica, considerando a perspectiva de gênero e medidas AbE – ODS 11, 13, 14, 15 e 17	Macroárea Continental e do Estuário – Quilombo, Cabuçu e Jurubatuba; Macroárea Insular - Macrozona Morros e margens do estuário	(1) Analisar de forma integrada, fiscalizar e exigir cumprimento de medidas mitigadoras e compensatórias nos casos de licenciamento ambiental e de impacto de vizinhança de empreendimentos e atividades no território municipal, sobretudo aqueles com impacto na Mata Atlântica (a exemplo de gasoduto e outros dutos, dragagem do canal do estuário e atividades portuárias em geral) visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Município, inclusive manutenção de áreas verdes, arborização e projetos de educação ambiental associados	(1) divulgação das ações de compensação exigidas nas autorizações e licenças emitidas (áreas a serem conservadas e número de mudas de espécies nativas a serem plantadas e seus locais de plantio), com a finalidade de dar transparência e permitir a fiscalização	SEMAM-SELAM, SEMAM-COMAIV, SEGOV	PMMA, Plano Diretor, Plano de Saneamento, PMRR, Plano de Manejo do PESM	Instituições de ensino e pesquisa, APS, SPU, Ministério Público, COMDEMA, CMDU	Compensação de EIVs	2025 (início) 2026 (cont.)	O licenciamento ambiental é realizado por órgãos das diferentes esferas federal, estadual e municipal. No que diz respeito ao licenciamento ambiental municipal, apenas os pedidos que envolvem autorização de manejo de supressão de vegetação secundária nos estágios inicial e médio de regeneração e de corte de árvores isoladas geram ações compensatórias, que podem ser plantios de mudas de espécies arbóreas, ou conservação de áreas de remanescentes de vegetação nativa. A Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança - COMAIV foi criada no âmbito da Lei complementar nº 793/2013, que disciplina a exigência do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV
IV.2.1	Utilizar os parques municipais (Orquidário, Jardim Botânico, Aquário e PNMESJE) para apoiar e dar visibilidade às estratégias e ações do PMMA, principalmente nos trabalhos de educação ambiental e de pesquisa, dentre outros. ODS – 4, 13, 14, 15, 16, 17	Geral, Jardim Botânico, Orquidário, PNMESJE, Aquário e novos parques em processo de criação, a exemplo de Parque dos Manguezais e Parque dos Morros	Realizar eventos em parceria (GTT- PMMA – Parques Municipais)	Eventos em parceria (GTT- PMMA – Parques Municipais)	SEMAM/COPOLAM/SEPROAM e SEDUC	PMMA, Planos de Manejo das UCs, ProMEA	ONGs e Universidades, UCs, Jardim Botânico, Orquidário, Aquário	GTT – PMMA, Jardim Botânico, Orquidário, Aquário e PNMESJE, COPOLAM/SEMAM	Contínuo	Os parques municipais Orquidário, Aquário e Jardim Botânico desenvolvem ações e atividades durante todo o ano, com temas relacionados à conservação e recuperação da Mata Atlântica
IV.2.2	Desenvolver Ação de Mobilização Anual no Mês da Mata Atlântica (maio), "Virada da Mata Atlântica", em articulação com a sociedade civil (escolas, universidades, setor privado, empresas, órgãos municipais, estaduais e federais) e demais municípios da Baixada Santista. ODS – 13, 14, 15, 17	Geral	Realização de eventos, inclusive online	Eventos realizados	SEMAM e SEDUC, COPOLAM/SEPROAM, GTT - PMMA	PMMA, ProMEA	ONGs e Universidades. Diretoria de Comunicação/PMS, Instituições de Ensino e Pesquisa, COMDEMA, CISEA/CIMEA, ONGs, SOS Mata Atlântica		Contínuo	Em 27/05/2021 a PMS/SEMAM realizou o evento on-line "O papel dos PMMAs na defesa da Mata Atlântica", com o apoio da GIZ. Em junho de 2022, a PMS/SEMAM realizou o evento presencial "Mata Atlântica, Oceano e Mudanças Climáticas", com a participação de membros do GTT do PMMA (SECLIMA/SEMAM e DEPRODEC/SESEG) e representantes de instituições de ensino e pesquisa da região (UNISANTA, UNESP Registro e IEA USP). Em 2023 e 2024 os eventos relativos ao tema foram organizados pelas equipes de Educação Ambiental dos Parques Ambientais (Aquário, Orquidário e Jardim Botânico)
V.1.1	Promover atividades para iniciar e ampliar parcerias com as universidades para os fins indicados no PMMA. ODS – 3, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17	Geral. As mesmas indicadas no PMMA	(1) Realizar evento junto à Academia (com o apoio da CCTA-CMMC) e FPTS (2) Iniciar/ampliar as ações conjuntas (2.a e 2.b) Ampliar o trabalho de conservação ex situ de espécies ameaçadas de extinção, com ocorrência na Mata Atlântica, com a participação do Orquidário, Aquário e Jardim Botânico e inclusão de novas espécies	(1) Realizar evento junto à Academia (com o apoio da CCTA-CMMC) e FPTS (2.a) Inclusão do Aquário e Jardim Botânico em Programas/Planos de Conservação nacionais (2.b) Inclusão de novas espécies para trabalhos de conservação (2.c) Ações (pesquisas e outras atividades) da FPTS relacionadas ao Eixo Ambiental e Pesquisas e ações específicas sobre conservação e recuperação do bioma no município e região	SEMAM, DEPAVI-SEMAM, CMMC e FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO (FPTS)	PMMA; Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies (ICMBIO / SEMIL)	Universidades e centros de pesquisa da região. CCTA-CMMC, Instituições de Ensino e Pesquisa, Fundação Parque Tecnológico de Santos, AZAB / ICMBIO / SEMIL	Recursos próprios PMS	2026 (continuação)	A CCTA-CMMC participou ativamente do processo de construção do PMMA. O GTT do PMMA participou da XI Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação da UNISANTOS, em outubro de 2021, apresentando o PMMA Santos. As ações visando iniciar/ampliar parcerias continuam a ser realizadas (Universidades locais, USP/Biota Síntese, dentre outras). As ações visando iniciar/ampliar parcerias tiveram sequência em 2023 e 2024. Destaques: UNESP-Registro, no desenvolvimento do Projeto Piloto de AbE no Monte Serrat; Unisanta, em atividades de campo na Macrozona Morros, no âmbito do Programa Nascentes de Santos; Biota Síntese (USP). A SEPROAM-SEMAM realizou uma série de reuniões com representantes da Academia, na região, para discutir a segunda fase do Projeto "Jundu", de vegetação nativa na orla da praia. O Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos participa, por intermédio da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil – AZAB, de dois programas de conservação ex situ. O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios – PAN Papagaios, possui ações para conservação das espécies ameaçadas de extinção. O Orquidário participa do programa com a espécie Papagaio-de-cara-rosa / Amazona brasiliensis. A partir de junho de 2023, o Orquidário foi incluído no Programa de manejo para a conservação ex situ do Saguí-da-serra-escuro / Callithrix aurita

V.2.4	Realizar (e manter atualizado) o inventário/mapeamento detalhado de todas as áreas verdes urbanas (arborização viária, inclusive) públicas e privadas, visando o aperfeiçoamento do sistema de áreas verdes e desenvolvimento de políticas públicas associadas (a exemplo da criação de parques, praças públicas ou desenvolvimento de incentivos à manutenção de áreas verdes privadas e Plano de Arborização Urbana). ODS – 3, 11, 13, 15	Macroárea Insular	(1) Realizar Inventário/mapeamento completo (2) Elaborar Plano Municipal de Arborização (3) Desenvolver o Sistema de Áreas Verdes	(1) Inventário realizado / atualizado (2) Decreto do Plano Municipal de Arborização	SEMAM, SEPREF-COPAISA, SEINFRA e DEDURB-SEMAM	PMMA, Plano Diretor	Universidades, Instituições de Ensino e Pesquisa, COMDEMA	Compensação de EIVs	(1) 2026 (continuação do inventário e atualização de dados, (2) criação/continuação dos trabalhos do GTT para elaboração do Plano Diretor de Arborização Urbana PDAU)	A PMS/SEMAM realizou até abril de 2021 o inventário parcial de 27.782 exemplares arbóreos, cujos dados foram inseridos no SIGSantos. A PMS realiza tratativas para contratação de consultoria especializada para apoiar a elaboração do PDAU. Em 2025 foi constituído GTT para propor e implantar o Plano de Arborização de Santos (Decreto nº 10.788, de 16 de abril de 2025)
V.2.5	Fomentar e desenvolver estudos fundiários e ambientais para a definição da categoria da UC urbana dos manguezais e vegetação associada a ser criada ao longo do estuário e canais dos rios Lenheiros/Saboó, Casqueiro, São Jorge e Bugres, garantindo a conectividade de remanescentes da Mata Atlântica, com a principal finalidade de restituir os serviços ecossistêmicos destas áreas e seu potencial de drenagem. ODS – 3, 6, 11, 13, 14, 15	Sub-região Noroeste. Sub-região Noroeste. Ao longo do estuário e canais dos rios Lenheiros/Saboó, Casqueiro, São Jorge e Bugres.	1. Criar GTT para desenvolvimento de estudos visando a criação de UCs (1.a) Definir os estudos fundiários e ambientais necessários; (1.b) Analisar as possíveis vias de execução destes estudos	1. Decreto de criação do GTT 2. Portaria nomeando membros do GTT 3. Reuniões do GTT 4. Finalização estudos/Relatório/Proposta para criação da UC (proposta/minuta de projeto de lei ou decreto)	SEMAM	PMMA, Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento, Programa Santos Novos Tempos, PMMCS, PDZ-Porto, Plano de Habitação, Plano de Regularização Fundiária	SEPREF, Universidades/Instituições de pesquisa. Instituições de Ensino e Pesquisa, MPSP, MPF, Secretaria do Patrimônio da União	MPSP, MPF, Fundo Municipal de Meio Ambiente	2026 (continuação)	Alguns estudos e projetos foram iniciados para áreas específicas (rios São Jorge e Bugres). Em 2024 foi criado o Parque dos Manguezais, às margens de trecho do Rio São Jorge. Também foi criado GTT específico para estudar a criação de parques ambientais em áreas prioritárias (Dec. nº 10.392/2024) e publicada portaria nomeando membros do GTT (Portaria nº 095/2024-GPM)
V.2.7	Identificar as principais nascentes e cursos d'água da sub-região, visando a promoção da recuperação ambiental das APPs. ODS – 3, 6, 11, 13, 14 e 15	Sub-região Morros	(1) Levantamento dos locais onde há nascentes e cursos d'água na região dos Morros. (1.1) Compilação de dados existentes; (1.2) Elaboração do projeto de levantamento e mapeamento de nascentes e corpos d'água da Sub-região indicando as possíveis vias de execução destes estudos. (1.3) Execução/conclusão do levantamento e mapeamento das nascentes e cursos d'água	Elaboração de projeto, Desenvolvimento do Projeto - Mapeamento das áreas, Quantificação desses locais, visando seu aproveitamento e/ou recuperação em caso de degradação dos mesmos. Indicador: Razão entre os locais levantados em relação ao total existente (1.1) Dados existentes compilados (Relatório); (1.2) Projeto de levantamento e mapeamento de nascentes e corpos d'água da Sub-região indicando as possíveis vias de execução destes estudos. (1.3) Levantamento e mapeamento das nascentes e cursos d'água	SEMAM, SESEG-DEPRODEC, SEOBE, SEINFRA, SEPREF	PMMA, PMRR, PMVA, Plano da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, Programa Nascentes do Governo de São Paulo	SABESP e Universidades. Instituições de ensino e pesquisa, comunidade local, SABESP	Inserção na LOA e PPA, convênios e parcerias, compensação ambiental, ICMS Ambiental, FEHIDRO	(1.3) 2026 (continuação)	A PMS/SEMAM/SESEG realizaram levantamento preliminar para a elaboração do PMMA. A Defesa Civil identificou pontos de nascentes e corpos d'água nos Morros da Área Insular e disponibilizou à SEMAM relação completa com tais informações em 05/02/2021. Os Planos Urbanísticos de regularização preveem a remoção das construções edificadas sobre a drenagem e no entorno das nascentes. As Secretarias executoras de obras de infraestrutura, contenções ou desassoreamentos podem auxiliar no mapeamento dos cursos d'água, além de contemplar eventual remoção de moradias. Em 2022 foi criado o Programa Nascentes de Santos e elaborado pré-projeto com o levantamento dos dados existentes. Em 2023 foi criado o <i>hotsite</i> do Programa Nascentes de Santos, para disponibilização dos dados e ações do Programa. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/programa-nascentes-de-santos
V.1	Promover parcerias com universidades e centros de pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento de programas de pesquisa para a conservação e recuperação da biodiversidade da Mata Atlântica, infraestrutura verde nas áreas urbanas e gestão de áreas protegidas na região ODS – 13, 14, 15 e 17		Ampliar o trabalho de conservação ex situ de espécies ameaçadas de extinção, com ocorrência na Mata Atlântica, com a participação do Orquidário, Aquário e Jardim Botânico e inclusão de novas espécies.							Vide ação V.1.1

VI.1.4	Implementar ação piloto do Plano de Redução de Riscos – selecionar e recuperar áreas de alto risco após realocação dos moradores. ODS – 11, 13, 14 e 15	(1) Sub-região Quilombo - (Comunidade Mantiqueira) (3) Sub-região Cabucu - (Monte Cabirão) e Macrodrea Insular - Alemoa (prox. Rio São Jorge e Córrego do Sapateiro)	Implementar ação piloto de recuperação da vegetação e de cursos d'água em áreas de alto risco após realocação dos moradores	(1) Ação piloto implantada (2) Mapeamento das áreas, realocação dos moradores das áreas selecionadas, projetos desenvolvidos/apresentados/aprovados, projetos implantados (3) 3.a Projeto de recuperação desenvolvido; 3.b início da implementação	SESEG-DEPRODEC, SEINFRA, SEPREF e SEMAM	PMMA, PMRR, Programa Nascentes de Santos	Instituições de ensino e pesquisa, comunidade local, COHAB ST, Prefeitura de Cubatão		(1) 2021 - 2022 (2) 2026 (continuação/atualização) (3) 2026	Processo iniciado após a remoção de 08 famílias e a demolição, em 2021, das moradias de trecho de Risco Muito Alto no acesso da comunidade. Foi efetuado o primeiro plantio de mudas de espécies nativas pela SEMAM em área de 150 m² (informação de setembro/2021). A ampliação da ação depende da necessária provisão habitacional. O DEPRODEC-SESEG informa que segue realizando vistorias preventivas após a interdição e demolição de moradias em função do risco. O local também é alvo da atualização do PMRR que vem sendo realizada pelo IPT. Deve-se aguardar a remoção preventiva de toda a Comunidade Mantiqueira (trabalho sendo conduzido em conjunto pelas prefeituras de Santos e Cubatão) para que seja realizado projeto de recuperação da vegetação, preferencialmente fazendo uso de Soluções baseadas na Natureza. A inserção do Monte Cabirão ocorre em razão do início do processo de regularização fundiária e urbanística do local, bem como a Favela Malvinas (localizada na Alemoa, em área próxima à empresa Deicmar), cujos moradores em parte foram realocados para o Conjunto Trancredo Neves, em São Vicente e em parte estão recebendo aluguel social aguardando o atendimento com uma unidade habitacional
VI.1.9	Implementar áreas piloto de recuperação da vegetação e de cursos d'água no âmbito do Plano de Regularização Fundiária nas áreas consolidadas. ODS – 6, 11, 13, 14 e 15	Sub-região Cabucu - (Caruara e Monte Cabirão)	Implementar 3 áreas-piloto de recuperação da vegetação e de cursos d'água (1.1) Mapeamento das áreas, (1.2) oficinas com os interessados/moradores, (1.3) projetos desenvolvidos/apresentados/aprovados, (1.4) projetos implantados	(1) Mapeamento das áreas, (2) oficinas com os interessados/moradores, (3) projetos desenvolvidos/apresentados/aprovados, (4) projetos implantados	SEMAM, DEDURB-SEMAM, SESEG-DEPRODEC, SEINFRA, SEPREF, COHAB-SP	PMMA, PMRF, PMRR, PMVA, PMMCS, Plano de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, Plano de Saneamento, Plano de Contingência a Ressacas e Inundações, Programa Nascentes de Santos		FEHIDRO, EIVS	2026 (continuação: elaboração de projetos e início de implementação)	Regularização em andamento (Caruara e Monte Cabirão). Estudo preliminar para implantação de parque ao longo dos cursos d'água no Caruara.
VI.1.16	Implementar projetos-pilotos de recuperação e conservação da Mata Atlântica com a utilização de metodologia de AbE priorizando áreas em que a regularização fundiária e ambiental está em andamento ou onde ocorreu remoção de moradias devido ao risco iminente. ODS – 3, 11, 13, 14, 15 e 17	Sub-região Morros - Monte Serrat (1) e Santa Maria (2); Cabucu - Caruara e Monte Cabirão (2)	(1) Continuar a implementar projeto-piloto de recuperação e conservação da Mata Atlântica com a utilização de metodologia de AbE (2) Implementar 3 novos projetos de recuperação e conservação da Mata Atlântica com a utilização de metodologia de AbE	(1.1) Novas oficinas com os interessados/moradores, (1.2) finalização do projeto, (1.3) início da implementação (2) Mapeamento das áreas, oficinas com os interessados/moradores, projetos desenvolvidos/apresentados/aprovados, projetos implantados	SEMAM, SESEG-DEPRODEC, DEDURB-SEMAM, SEGOV, SEPREF-M, SEOB, SEINFRA, SEDS, PGM e COHAB-ST	PMMA, PMRR, PMRF, PMMCS, Plano de Habitação	Universidades dentre outras instituições. Instituições de Ensino e Pesquisa (UNESP Registro, em especial), GIZ, comunidades locais		(1) 2026 (continuação); (2) 2026 (início da implementação nas áreas prioritárias)	A PMS realiza, com o apoio da GIZ, projeto piloto de AbE no Monte Serrat, desde 2019. Novas áreas na Macrozona dos Morros, sob intervenção das SEOB, SEINFRA e SESEG/DEPRODEC por conta dos eventos de março/20, foram incorporadas ao Projeto. Em 2022 a PMS (SECLIMA/SEMAM e DEPRODEC/SESEG), em parceria com o Prof. Dr. João Vicente C. Nunes, da UNESP Registro, submeteu o projeto de AbE no Monte Serrat ao Acelerador do Soluções baseadas na Natureza em Cidades, do WRI Brasil em parceria com a Fundação Grupo Boticário. O projeto foi selecionado entre os 10 finalistas. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/projetos/acelerador-de-solucoes-baseadas-na-natureza-em-cidades . Em Abril e Junho/23 e em Jan/24 foram realizadas novas oficinas com moradores do Monte Serrat para detalhamento do piloto. Em Jan/24 foi criado GTT específico para implantação de SbN e AbE. Ao final de 2024 e início de 2025 foi dado início à implementação de parte das soluções definidas em projeto (plantio de espécies nativas e de interesse alimentar), com o apoio da GIZ
VII.1.1	Fortalecer o GTT do PMMA/PMS e criar Câmara Técnica da Mata Atlântica no COMDEMA para monitoramento e avaliação da implementação do PMMA. ODS - 13, 14, 15, 16 e 17	Não se aplica (ação estruturante)	(1) Adequar estrutura do GTT do PMMA visando a implementação do Plano, (2) Garantir o funcionamento do GTT do PMMA e aperfeiçoamento do sistema visando o monitoramento e implementação do PMMA Santos, (3) Análise do COMDEMA sobre a criação da Câmara Técnica da Mata Atlântica .	(1.1) Minuta de decreto elaborada com a nova composição/estrutura do GTT PMMA, (1.2) novo decreto GTT PMMA promulgado, (2) Reuniões e ações do GTT do PMMA, (3) Parecer COMDEMA sobre a criação de CT da Mata Atlântica	SEMAM, GTT - PMMA E COMDEMA	PMMA	PGM	Não se aplica diretamente	(2) Contínuo	Minuta de decreto que reestrutura o GTT do PMMA apresentada ao GAB-SEMAM em setembro de 2021. Decretos nº 9.569, de 17 de janeiro de 2022; 9.837, de 13 de outubro de 2022 e 10.025, de 20 de abril de 2023; (2) Em 2024 o GTT do PMMA realizou reuniões periódicas e trabalhou para a elaboração de Relatório Anual e POA; (3) O GTT não tem conhecimento acerca de parecer do COMDEMA

VII.1.2	Promover a formação/capacitação/atualização dos agentes públicos municipais, em especial lotados em unidades da SEMAM, nas Prefeituras Regionais-SEPREF e demais Secretarias executoras de obras, a exemplo de SEOBE e SEINFRA, quanto à implementação do PMMA considerando, inclusive, os conceitos de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE)	Não se aplica (ação estruturante)	Elaborar e implementar cursos e outros formatos de difusão e compartilhamento de conhecimentos sobre as técnicas de SbN em geral e de AbE em especial	Número de cursos/palestras e afins realizados; Número de participantes; Número de Secretarias participantes	SEMAM e demais órgãos envolvidos	PMMA, PMRR, dentre outros	Prof. João Vicente Coffani Nunes (UNESP Registro), GIZ, WRI Brasil, dentre outros	Contínuo	A GIZ, no âmbito do PROADAPTA, ofereceu capacitação sobre a metodologia de AbE a servidores públicos da PMS, em 2019. A PMS (SEMAM e DEPRODEC-SESEG) participaram (2023) da 1ª etapa do Acelerador de SbN em Cidades, do WRI Brasil.	
VII.1.3	Incorporar ao quadro de servidores municipais profissional especialista de geoprocessamento na Plataforma TerraLib/INPE e QGIS com habilidade de interpretação de imagens aéreas ortorretificadas e de satélite, com expertise em produção de mapas – desenvolvedor de módulo PMMA no SIGSantos. ODS - 13, 14, 15, 16 e 17	Não se aplica (ação estruturante)	Contratar profissional especialista de geoprocessamento na Plataforma TerraLib/INPE e QGIS com habilidade de interpretação de imagens aéreas ortorretificadas e de satélite, com expertise em produção de mapas – desenvolvedor de módulo PMMA no SIGSantos Obs.: Possibilidade de Capacitar funcionário/funcionários ou contratar capacitação para evitar a perda do knowhow no final do contrato	Desenvolvimento de banco de dados	SEMAM e GPM	PMMA	Dotação orçamentária específica (de acordo com a modalidade de contratação)	2026 (continuação da capacitação/atualização)	Servidora com conhecimentos em geoprocessamento e QGIS e habilidade em interpretação de imagens aéreas ortorretificadas e de satélite, além de expertise em produção de mapas, cedida pela DEDURB-SEMAM e incorporada à equipe SECLIMA/SEMAM em agosto/2022. Uma de suas atribuições será o desenvolvimento de banco de dados e módulo do PMMA	
VII.2.1	Promover a internalização dos objetivos do PMMA no Plano de Governo, Plano Plurianual (PPA) e na LOA – Lei Orçamentária Anual municipal, por meio da criação e desenvolvimento do Plano Operativo Anual (POA) do PMMA. ODS - 11, 13, 14, 15, 16 e 17		Desenvolver e implantar mecanismo anual de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do PMMA (POA – Plano Operativo Anual do PMMA).		SEMAM, GTT do PMMA, GPM			Contínuo	O GTT elabora, apresenta e acompanha a implementação dos POAs do PMMA desde 2021	
VIII.1.2	Desenvolver Plano de Comunicação do PMMA, incluindo a elaboração de material pedagógico (realizado com professores de Geografia e Ciências da rede municipal) e utilização de canais de comunicação direta e em redes sociais virtuais (a exemplo de Youtube e Instagram, além de portal específico) para comunicar as ações e os resultados do PMMA, com linguagem inclusiva, voltada sobretudo aos jovens, crianças e adolescentes e para incentivar manutenção e ampliação das áreas verdes (arborização urbana inclusive, com ênfase nos serviços ecossistêmicos). ODS - 4, 11, 17	Não se aplica	Elaborar materiais para divulgação do PMMA e trabalhos correlatos (Cartilha/video, dentre outros)	Materiais disponibilizados	SEMAM e Diretoria de Comunicação/PMS e SEDUC	PMMA, ProMEA, PMMCS	SEDUC, Diretoria de Comunicação, CISEA/CIMEA, GIZ, Instituições de Ensino e Pesquisa, COMDEMA	parcerias	O Caderno do PMMA e o Resumo Executivo do PMMA estão disponíveis no <i>hotsite</i> do PMMA: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/portal_files/hotsites/pmma/caderno_pmma_vol1.pdf A cartilha e o vídeo sobre AbE estão disponíveis no <i>hotsite</i> do PACS (Plano de Ação Climática de Santos): https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/plano-municipal-de-acao-climatica-de-santos-pacs O <i>hotsite</i> do PMMA é constantemente atualizado por meio da disponibilização de Relatórios Anuais e POAs elaborados pelo GTT do PMMA	
VIII.2.5	Integrar o PMMA e o PMMCS por meio de ações previstas no Projeto PROADAPTA e de parcerias com setores técnicos e acadêmicos afins. ODS - 11, 13, 14 e 15	Áreas prioritárias para conservação e recuperação da Mata Atlântica	Integrar as ações do PMMA e PMMCS (PACS)	Metas compartilhadas	GTT-PMMA, SECLIMA/SEMAM	PMMCS, PMMA	GTT-PMMCS, CMMC (e CCTA), GIZ	parcerias	Contínuo	O Plano de Ação Climática de Santos (PACS), aprovado em Janeiro/2022, que atualizou o PMMCS, apresenta o eixo IV “DIRETRIZES PARA O EIXO 4 - RESILIÊNCIA URBANA E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA. ARTICULAÇÕES COM O EIXO 3 DO PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (PMMMA)”

VIII.2.7	Atualizar o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), considerando ameaças associadas às mudanças climáticas e considerando propostas de Soluções Baseadas na Natureza e Adaptação Baseada em Ecossistemas. ODS – 11, 13	Áreas de risco a deslizamentos: Macroárea Insular (Macrozona Morros e Macrozona Noroeste – Ilheu Alto) e Macroárea Continental (bairros Monte Cabirão e Caruara)	(1) Atualização da setorização do risco a deslizamentos; (2) Indicação de intervenções estruturais de redução do risco, considerando a possibilidade de aplicar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) (3) Criar GTT para implementação do PMRR e avaliação pelas secretarias competentes quanto à implementação das medidas de SbN sugeridas no PMRR (4) Início da implementação das SbN sugeridas	Relatórios Técnicos Parciais dos trabalhos executados	SESEG-DEPRODEC; SEPREF/PREF-M; SEPREF/PREF-AC; SEPREF/PREF-ZNO; SEINFRA; COHAB; SEDS; SEMAM; SEOBE	Plano Diretor, PMMA, PACS, PMRF, PMH	SEGOV; GPM; IPT; Sociedades de Melhoramentos dos bairros	FUNDURB	(1 e 2) atendidas (3) 2025 (4) Início: 2025, cont. 2026	A atualização do PMRR foi finalizada em 2024. As SbN foram consideradas nas medidas de redução do risco. O GTT para implementação do PMRR foi criado por meio do Decreto 10.678, de 21 de janeiro de 2025.
VIII.3.2	Buscar diálogo com a Autoridade Portuária de Santos – APS e ANTAQ visando a construção de soluções para compatibilizar o PDZ e o Plano Mestre do Porto de Santos e os objetivos do PMMA, inclusive por meio de ações conjuntas de monitoramento e fiscalização. Sobreretudo em relação à expansão sobre as áreas de manguezais e estuário visando compatibilização entre serviços portuários e ecossistêmicos. ODS – 9, 11, 13, 14, 15	Jurubatuba, ZPRs com manguezais, Macrozona Noroeste	(1) Inserir 01 Integrante da SEPORTE no GTT-PMMA, (2) Promover encontros intersecretoriais	(1) Integrante da SEPORTE no GTT (decreto alt. GTT PMMA), (2) Reuniões intersecretoriais	SEMAM, SEPORTE, DEDURB-SEMAM	PMMA, Plano Diretor, PDZ, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (APS)	APS, ANTAQ, COMDEMA, CMDU, Instituições de Ensino e Pesquisa		Contínuo	A atual composição do GTT-PMMA contempla a inserção de novos representantes/integrantes (SEPORTE). Em 2024 representantes da PMS e do GTT do PMMA participaram de atividades relacionadas à iniciativa "Porto-Cidade: resiliência às mudanças do clima" da ANTAQ, com apoio da GIZ
Gênero e Inclusão Social	Garantir a inserção da temática Gênero e Inclusão Social em todas as ações do PMMA. ODS – 5, 10, 17	Não se aplica	(1) Estabelecer canal de comunicação com os Conselhos relacionados (Direitos da Mulher, dentre outros) e Secretarias Municipais afins (SEDS e Sec. Mulher, Cidadania e Direitos Humanos)	(1) reuniões com Conselhos e órgãos relacionados à temática; (2). inserção da temática na execução das ações	GTT-PMMA	PMMA, PMMCS, Programa Municípios Resilientes do Governo de São Paulo	SEDES, SECULT, Conselho Mulher, GIZ, SEMIL-SP, Comissão Municipal ODS	Não se aplica	Contínuo	A coordenação do GTT (SECLIMA) busca inserir a temática na execução das ações relacionadas ao PMMA, a exemplo do Piloto de AbE no Monte Serrat e participa/estimula a discussão sobre o assunto nos grupos em que participa
VI.1.11	Buscar incorporar metodologia de AbE em todas as áreas objeto de execução de projetos de recuperação ambiental (em andamento ou a serem implementados). ODS – 11, 13, 15	Santa Maria, Monte Serrat, Penha	(1) Metodologia AbE aplicada nas áreas de recuperação ambiental (2) capacitação de servidores na metodologia ABE	(1) áreas de recuperação com aplicação da metodologia AbE; (2) cursos/ações de capacitação de servidores na metodologia ABE	SEMAM, SESEG-DEPRODEC, SEOBE, DEDURB-SEMAM, SEINFRA, SEPREF	PMMA, PMMCS, Plano Diretor, PMRR, PMRF	GIZ, Instituições de Ensino e Pesquisa	parcerias	2026 (continuação)	A SEMAM trata do assunto, no âmbito da parceria com a GIZ/PROADAPTA, que contratou o consultor Prof. João Vicente/UNESP-Registro. A proposta é ampliar a utilização da metodologia de AbE nas áreas destinadas à recuperação ambiental no município. Durante o ano de 2023 a equipe participou da 1ª etapa do Acelerador de SbN em Cidades, do WRI Brasil. Vide ação VI.1.16. A SECLIMA pretende oferecer curso sobre SbN aos servidores públicos municipais
VIII.2.1	Apoiar a implementação do Plano Preventivo de Florestas Urbanas – IPT/Defesa Civil (Plano Preventivo de Def. Civil para Queda de Árvores) desenvolvendo estratégias de prevenção e de alertas de acidentes com árvores isoladas e nas florestas urbanas. ODS – 11, 13	Macroárea insular e nos assentamentos urbanos da Macroárea Continental	(1) Pontuar as iniciativas prioritárias previstas no Plano Preventivo de Defesa Civil para Queda de Árvores, (2) Publicar o Decreto do Plano; (3) Criar uma janela no SigSantos com os dados do Plano, incluindo a inserção das informações climáticas dos eventos, áreas de risco e localização de queda dos indivíduos arbóreos. (4) Compatibilizar o atual sistema de monitoramento das variáveis climáticas para emissão de alertas	(1) Inserir no SigSantos uma aba para abrigar as informações do Plano; (2) Coordenador e demais membros de um GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO definidos.	SESEG-DEPRODEC, SEMAM, SEPREF-COPAISA	PMRR, PMMA, Plano Municipal de Arborização	CET, Corpo de Bombeiros, concessionárias de água/esgoto/luz/tel e fonia/gás		Contínuo	O Plano Preventivo de Queda de Árvores, inicialmente denominado de PP de Florestas Urbanas continua em construção. Em 2024 houve o acompanhamento das atividades das equipes de campo e de monitoramento (inclusive com o lançamento de dados no SIGSantos) para refinamento/ajustes do Documento. Por se tratar de uma atividade colaborativa com o IPT, as agendas envolvem uma complexidade maior para serem atendidas. Nos dias 14 e 15/04/2025, foi realizada a apresentação e validação de proposta de Plano Operacional PPDC para queda de árvores além de discussão acerca de simulado para atendimento de emergência
IX.1.4	Buscar estabelecer pacto político para destinação de percentual mínimo (50%) do ICMS Ecológico recebido pelo município de Santos anualmente para ações de conservação e recuperação de Mata Atlântica ODS – 13, 14, 15 e 17	Ação estruturante, áreas prioritárias do PMMA	Mapeamento / acompanhamento do repasse, a aplicação dos recursos financeiros e os indicadores de desempenho, na sua área de competência, originários do Decreto Estadual nº 66.048/2021 que regulamenta a Lei Estadual nº 3.201/81 referente à parcela do ICMS pertencente ao município 50% do ICMS Ecológico para a SEMAM	Percentual do ICMS Ecológico repassado para a SEMAM	SEFIN, SEMAM	PPA, Plano Diretor, PMMA, PMMCS, Plano de Saneamento	SEGOV, CMMC, COMDEMA	ICMS Ambiental	2026 (continuação)	O Decreto nº 9.569, de 17 de janeiro de 2022, contempla como atribuição do GTT do PMMA "acompanhar o repasse, a aplicação dos recursos financeiros e os indicadores de desempenho, na sua área de competência, originários do Decreto Estadual nº 66.048/2021 que regulamenta a Lei Estadual nº 3.201/81 referente à parcela do ICMS pertencente ao Município". As discussões sobre o assunto foram iniciadas, no âmbito do GTT do PMMA, em 2022 O DECRETO Nº 66.048, de 24 DE SETEMBRO DE 2021, regulamenta a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal.

VI.1.18	Promover recuperação ambiental e estímulo ao ecoturismo em áreas de relevante interesse ambiental ODS – 14, 15 e 17	Macroárea Insular: Sub-região Morros - a exemplo da área da Trilha do Boi Morto (Morros Nova Cintra e Embaré - ponto 43) e Zona Noroeste; Macroárea Continental: Caruara, Cabuçu e Ilha Diana	1 – Desenvolver ações para o fomento do turismo responsável e sustentável na Ilha Diana e no Caruara, introduzindo o conceito de turismo regenerativo. 2- Apoiar e divulgar eventos na Ilha Diana (em especial, à Festa do Bom Jesus). 3 - Realizar chamamento de empresas interessadas em estruturar a Rota náutica Parque Valongo / Ponte Edgard Perdigão / Ilha Diana. 4 - Definir área para o turismo de base comunitária e outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento do turismo no Portinho/Caruara (gastronomia, artesanato, monitoria ambiental e outras, para o mesmo fim). 5 - Realizar chamamento público de ambulantes para o estabelecimento de 2 <i>food trucks</i> no Portinho/Caruara, além do devido regimento e capacitação necessários para a execução desse serviço de atendimento ao público. 6 - Implementar comunicação visual na estrada (área do DER), para melhor orientação de acesso ao Caruara. 7 - Avaliar a possibilidade de estabelecer uma base de apoio da PMS na Fazenda Cabuçu, visando ampliar a atividade de ecoturismo. 8 - Acompanhar a implementação do projeto piloto de AbE no Monte Serrat para o desenvolvimento do turismo com base comunitária proposto. Diagnóstico junto à comunidade, para identificação de possíveis participantes e produtos a serem oferecidos. 9 - Elaborar e apresentar sugestão de rota de cicloturismo na Zona Noroeste, em concomitância com o desenvolvimento de mobilidade urbana e infraestrutura de desenvolvimento no trajeto. 10 - Fomentar roteiros de Observação de Aves como atividade de lazer e de conscientização para conservação do meio ambiente. 11 - Buscar a retomada de atividades com alunos da rede municipal, para promover a Educação Ambiental em roteiros ecoturísticos/culturais.	Ações desenvolvidas no período	SETUR, SEMAM, SEDUC, SESEG-DEPRODEC	Plano Municipal de Turismo	DER, Clube de Observadores de Aves de Santos – COA, SESC Santos e Comunidades locais	2026 (cont.)	Vide Relatório Anual do PMMA ref. 2024
VI.2.3	Desenvolver programa de planejamento e promoção de roteiros de ecoturismo, turismo cultural e educação ambiental nas diferentes sub-regiões das macroáreas continental, insular e estuário e canais fluviais com levantamento, caracterização e divulgação/promoção de pontos e atrativos ecoturísticos, a implantação de infraestruturas e demais condições, a exemplo de Termos de Cooperação para operação de roteiros de Ecoturismo para Agências de Turismo Credenciadas (Em especial com Sabesp - Jurubatuba e autoridade portuária/APS – Itatinga) ODS – 14, 15 e 17	Geral - Macroárea Continental - Sub-região Jurubatuba; Sub-região Cabuçu; Macroárea Insular - Sub-região Morros	Vide ação VI.1.18		SETUR e SEMAM		Universidades e agências/agentes de turismo da região; SABESP (Jurubatuba) e Autoridade Portuária - APS (Itatinga/Bertioga)		Vide Relatório Anual do PMMA ref. 2024